

Excesso, ausência e decepção das significações: uma reflexão ético-semântica a partir de um fato traumático da história argentina

Excess, absence and disappointment of significations: An ethical and semantic reflection on a traumatic event in Argentine history

Julio Cabrera¹
Universidade de Brasília

Resumo: A partir do fenômeno político do peronismo argentino tal como analisado por Verón e Sigal (2008), tecem-se algumas considerações críticas de filosofia da linguagem e ética acerca do mesmo. O artigo sustenta que a cada um dos três períodos em que se pode dividir o fenômeno peronista correspondem três tipos diferentes de enunciação: ao período da ascensão ao poder, o excesso das significações; ao período de exílio, a ausência de significações; e ao período da queda, a decepção das significações. Defende-se o caráter metapragmático destes três tipos de discursos à luz da teoria da conversação de Paul Grice, na medida em que eles ultrapassam os referenciais racionalistas e moralistas desta teoria, colocando em jogo aspectos afetivos e retóricos que não encaixam no modelo do “desvio de máximas”, mostrando que a análise discursiva de Verón/Sigal se perfila como mais apropriada que a pragmática para analisar fenômenos ético-linguísticos complexos tais como o peronismo argentino.

Palavras-chave: significação, peronismo, ética, pragmática, Grice.

Abstract: The article advances, from the point of view of the philosophy of language and ethics, a critical reflection on the political phenomenon of Argentine Peronism. It claims that each of the historical periods in this movement is marked by a different kind of discourse and enunciation: in the period of the rise to power, the excess of significations; in the period of exile,

¹ Universidade de Brasília. Dpto Filosofia. ICC Norte – Campus Darcy Ribeiro. Caixa Postal: 04661. 70910-900, Brasília, DF, Brasil. E-mail: kabra7@gmail.com

the absence of significations; and in the period of decay, a disappointment of significations. The author proposes, in the light of Paul Grice's theory of conversation, that these linguistic types of discourse have a meta-pragmatic character, since they go beyond the rationalist and moralist framework of this theory and involve affective and rhetoric elements that do not fit the standard of "deviation from maxims". The article contends that Verón's and Sigal's analysis of discourse is more appropriate than the pragmatic approach to understand complex ethical and linguistic phenomena such as Peronism.

Key words: signification, Peronism, ethics, pragmatics, Grice.

Introdução

Em 2008 foi publicado na Argentina um livro intitulado *Perón o muerte: los fundamentos discursivos del fenómeno peronista*, escrito pela socióloga Silvia Sigal e o semiólogo Eliseo Verón, conhecido no Brasil Ambos os autores, Sigal e Verón, estão interessados no fenômeno do peronismo de um ponto de vista da teoria da linguagem e da comunicação. O livro utiliza a teoria do discurso para analisar trechos de falas peronistas, com o objetivo de captar seus elementos retóricos, performativos e ideológicos. Eu queria utilizar este livro como guia para uma reflexão de filosofia da linguagem que usa também os discursos peronistas como referencial, porque me parece que eles apresentam desafios interessantes para a análise, compreensão e interpretação da linguagem. Este é, pois, um trabalho de filosofia aplicada da linguagem e se movimenta nos limites entre filosofia da linguagem e filosofia política.

O peronismo passou por três fases, a cada uma das quais corresponde, segundo a minha hipótese, uma forma discursiva peculiar. A primeira abrange desde a ascensão de Perón ao governo em 1946 até a sua derrubada em 1955. Como secretário do Trabalho e do Bem-Estar Social, Perón foi ganhando respeito entre a população, principalmente entre as camadas mais baixas, em função de grandes reformas sociais. Em outubro de 1945, Perón foi preso e destituído do seu cargo por um levante militar. A sua prisão provocou uma grande crise no governo, com uma intensa campanha popular, tão grande que no histórico dia 17 de outubro de 1945 Perón foi libertado. Nesta noite, sobre a sacada da Casa Rosada, sede do governo argentino, Perón fez um discurso para mais de 300 mil pessoas, onde iniciou a sua campanha para subir ao poder. Com uma agressiva e convicta campanha eleitoral, Perón foi eleito presidente da Argentina em 1946. Essas medidas populistas fizeram com que Perón fosse reeleito em 1951. Este segundo mandato foi marcado pela morte de sua esposa, em 52, por grandes dificuldades econômicas, protestos de trabalhadores e pela sua excomunhão da Igreja Católica. Esses fatores enfraqueceram seu governo e, em 1955, acabou sendo deposto pelos militares (a este fato chamou-se "revolução libertadora"). Aqui termina o que chamo o primeiro período.

O segundo período abarca os 18 anos de exílio. Depois de rápida passagem por outros países, Perón foi morar em Madri, protegido por Franco. Durante esses anos, Perón continuou influenciando a política do seu país, para onde só retornou em 1973, iniciando o terceiro e último período do peronismo. Neste tempo aconteceu um dos eventos mais traumáticos da história argentina: a matança de milhares de pessoas no aeroporto internacional de Ezeiza, onde se deflagraram as alas esquerda e direita do peronismo, num conflito interno sem precedentes. Mais uma vez, Perón foi eleito presidente, mas não chegou a terminar seu terceiro governo, marcado pela violência política, o terrorismo e a instabilidade social e econômica. Em 1º de julho de 1974, ele morreu aos 78 anos.

Do ponto de vista da filosofia da linguagem, sustento que, no período da sua primeira presidência, Perón instaurou um regime discursivo baseado no que denomino “excesso”, em grande medida marcado pelo uso e abuso de um acervo de “palavras sagradas”; que, durante seu exílio de 18 anos, desenvolveu uma semântica negativa da distância e da “palavra proibida”; e que, em seu problemático retorno ao país em inícios dos anos 70, se produziu o que denomino a decepção e desgaste das significações e o império das “palavras gastas”.

Excesso e palavras sagradas

Os autores estudam o peronismo como um tipo particular de discurso político (Verón e Sigal, 2008, p. 13), seguindo a ideia de que a ação política não se compreende fora da ordem simbólica que a gera. Trata-se de entender as “condições de produção do sentido”, que não são condições plenamente “objetivas”, mas processos fortemente interativos e intersubjetivos. Curiosamente, a noção de “sentido” é quase um primitivo dentro da obra, uma noção que é introduzida e ilustrada, mas não definida, e que tem uma aceção muito ampla. Os portadores de sentido são, fundamentalmente, ações humanas, incluindo falas, gestos, atitudes; ou seja, não exclusivamente emissões linguísticas. O “sentido” de uma ação humana se caracteriza por conter: (a) a transmissão de um conteúdo semântico mínimo, que delimita o território do que vai ser dito; (b) o uso desse conteúdo, direcionado por exigências do contexto de enunciação, dos agentes envolvidos, etc.; (c) o efeito multiplicador dessa transmissão e desse uso em outras ações humanas. O que em outras teorias constituiria a “força” ou o “efeito perlocucionário”, aqui faz parte do “sentido”.

Nesta concepção do “sentido”, os *modos de enunciação* são tão ou mais importantes que os enunciados. No caso particular do peronismo, os autores não pensam que ele seja identificável como uma “ideologia”, ou um corpo de doutrina no sentido de um conjunto fixo de enunciados, mas como um peculiar modo de enunciação, como um mecanismo complexo de geração de sentidos. Os conteúdos transmitidos passam para um segundo plano. O primeiro governo de Perón faz parte da fase de crescimento e do ápice de um processo; os anos 40 foram os anos de glória, de ascensão, dos grandes programas, das grandes ilusões, expectativas e euforias. O que denomino “excesso” linguístico refere-se a todas as estratégias que se aproveitam dos enormes espaços expressivos abertos por uma circunstância social como essa. Este conceito ficará mais claro se focarmos algumas das suas principais estratégias: o esvaziamento político, o uso e abuso de “palavras sagradas”, o escamoteio da argumentação, a ambiguidade e vagueza das enunciações, a ultrapassagem do dito, a identidade entre a verdade e o real, entre outras. Vou comentar brevemente algumas destas estratégias.

Uma curiosa estratégia de excesso consiste no que os autores argentinos chamam de “esvaziamento político” e que vem processado, sobretudo, através do uso dos termos “político” e “política” nos discursos de Perón entre 1943 e 1946, onde o termo “política” tem um sentido fortemente pejorativo: é aquilo que, segundo o líder, permitiu que o país se deteriorasse, pois a “política” coloca as pessoas em desacordos e conflitos intermináveis e estéreis, que fazem esquecer o que verdadeiramente interessa: a grandeza da pátria e o bem dos trabalhadores. Perón sustenta a curiosa ideia de que as ideologias e tendências (esquerda, direita) não têm qualquer incidência nos projetos sociais e econômicos de um governo, como se as ideologias e tendências políticas fossem uma espécie de traço individual (como as preferências religiosas, alimentícias ou sexuais). Desta forma, “todos os argentinos” podem ser convocados para a “tarefa comum” mesmo discordando em tudo o mais.

Os políticos são vistos como “habladores profesionales” (faladores profissionais), profissionais do dizer que não fazem nada.

Com esta noção de “política” como luta estéril e fala vazia, Perón oculta que ele mesmo está fazendo política, construindo a ideologia peronista através da estratégia de identificar excessivamente certos termos, como, por exemplo, “peronista” e “argentino”. A existência de argentinos que não são peronistas é um enigma difícil de resolver (Verón e Sigal, 2008, p. 66), mas o discurso peronista se constitui de tal forma, com tanto poder instaurador e performático, que o termo “argentino não peronista” tende a se tornar contraditório ou incongruente. Não ser peronista é o mesmo que não estar interessado na unidade e reconstrução nacional, e, portanto, quem não é peronista deve ser considerado como inimigo da pátria. Dizem os autores: “Perón consegue assim despojar seus inimigos de toda sua substância; estes serão definidos de modo puramente negativo” (p. 69). “[...] o adversário é reduzido a um princípio abstrato de oposição, ao mesmo tempo em que é despojado de qualquer pertinência discursiva” (Verón e Sigal, 2008, p. 78; tradução minha).

Chamo “excessivo” este procedimento linguístico na medida em que se aproveita do poder de identificar, de maneira absurda e injustificada, termos com semânticas diferentes em benefício de uma estratégia de esvaziamento que dificilmente seria viável em circunstâncias sociais diferentes, onde o enunciador não dispusesse do poder expressivo absoluto. A ditadura da linguagem não respeita os limites dos conceitos ou as regras habituais de uso, mas impõe de maneira vertical, pela própria força do discurso, uma violenta redistribuição das significações, ao mesmo tempo em que dissimula esse seu poder instaurador numa suposta coincidência com a própria “realidade” (barbárie semântica).

Com efeito, a estratégia do excesso expressivo continua com a curiosa ideia peronista da *identidade da verdade e do real*. Assumir o interesse da pátria e da reconstrução nacional “por cima das tendências políticas” é visto como um simples apoiar-se na realidade do país *tal qual ela é*. Pela boca de Perón, é a própria verdade que se expressa (Verón e Sigal, 2008, p. 61). Daí surgem os famosos slogans: “Mejor que decir es hacer, mejor que prometer es realizar”, e a frase mais extraordinária de todas: “La única verdad es la realidad”, com a qual Perón quer fazer com que o país se identifique com a verdade das proposições peronistas.

O discurso de Perón é, pois, performático, faz com que as coisas mesmas, tal como são, aconteçam. Não se trata, pois, de propor um “projeto político”, mas de fazer o que simplesmente deve ser feito, o que a própria realidade impõe. Diz Perón: “[...] a verdade não tem sistemas nem ideologias particulares. A verdade vale aqui tanto quanto em Budapeste” (Verón e Sigal, 2008, p. 61). Algumas “palavras sagradas” geradas dentro deste período “excessivo” da semântica peronista são “libertação”, “organização”, “reconstrução” e, obviamente, as próprias palavras “Perón” e “Evita”, que funcionam apenas pelos seus efeitos socializados e seus estímulos sensoriais e que, ao mesmo tempo, transmitem o sublime, o elevado, aquilo que pode retirar o povo sofredor da sua miséria.

Também há o caráter de “ultrapassagem”, típica do discurso peronista: as frases de Perón valem mais pela sua fonte do que pelo seu conteúdo explícito, que pode mudar de acordo com as circunstâncias. Nos discursos peronistas quase sempre há muito mais do que o indicado pelo seu conteúdo explícito. A textura dos discursos peronistas é muito curiosa, porque, por um lado, não chegam a dizer nada preciso (vagueza, ambiguidade), mas, por outro, conseguem dizer muito mais do que realmente dizem. Aquilo que se esperaria que fosse dito é escamoteado, e o que não era previsto acaba sendo sugerido de maneira mais clara do que a mensagem explícita.

Para resumir: nesta fase inicial do processo (na curva ascendente, digamos), a linguagem está como “à solta”, explorando todas as suas possibilidades expressivas. O que é notável neste período é o exagero dos gestos, a euforia dos festejos, o massivo das adesões, o fanatismo dos slogans, o convencimento absoluto dos ideários peronistas, a exibição ostentosa das figuras do casal governante, a necessidade do grito, da manifestação apelativa, o prazer achado na pronúncia das palavras sagradas, a portentosa capacidade de deixar-se seduzir pelo imediato e simples, a total falta de necessidade de qualquer justificação que seja externa ao próprio excesso expressivo e o espantoso poder de enterrar a fragilidade da condição humana embaixo de uma ação social todo-poderosa. É fácil ver como o excesso expressivo sugere algo como uma forte transgressão de normas éticas no uso da linguagem; é por isso que titulei este trabalho como reflexão ético-semântica².

Ausência e palavras proibidas

Mas eis que Perón é derrubado em 1955 e obrigado a partir para o exílio. Os autores sustentam que este fato político compele a uma mudança no regime de geração de significações, e eu me aproprio dessa ideia para minha própria reflexão. Em meus escritos éticos, costumo salientar que os entes (humanos, viventes ou imateriais) são terminais desde que nascem e caminham inevitavelmente para a sua consumação mortal, mas que, se alguma ação externa, alheia ao processo natural de acabamento, atua sobre um ente interrompendo seu processo interno de decomposição, a ausência deste ente e todas as manobras tendentes a fazê-lo desaparecer artificialmente agirão, contrariamente, em benefício do processo terminal que foi interrompido. O que “poderia ter sido” se a interrupção não acontecesse adquire uma tremenda força de “significação ausente”, tão ou mais poderosa quanto a presença excessiva.

O caso Perón é um exemplo extraordinariamente claro deste fenômeno ético-semântico negativo; apesar da deterioração de seu segundo governo, Perón continua a sustentar seu mito, mas ele não teria conseguido mantê-lo por muito mais tempo. O golpe de 55, pelo contrário, age decisivamente em benefício da consolidação desse mito através da enorme força do negativo. Impedido de significar de maneira direta, nunca o peronismo significou tanto quanto durante o longo exílio de Perón. Mas trata-se agora de uma outra forma de geração de significações, muito diferente do excesso do primeiro período. Com o líder ausente, a linguagem já não está mais “à solta”; ela deve sussurrar e ser inteligível em espaços pequenos e tempos escassos; não pode mais explorar todas as possibilidades expressivas, mas tão somente aquelas que estão disponíveis no momento; todo exagero está inviabilizado, toda euforia afogada, toda fanática adesão deve ser sorrateira e mínima, porém eficaz.

O real que, no primeiro período, podia ser excessivamente identificado com a verdade, agora, *in absentia*, Perón passa a representá-lo como o próprio real impedido de ser; toda a sua militância política a partir do exílio cobra a tremenda eficácia do real ausente pugnando por abrir-se um caminho que lhe fora artificialmente fechado. Tudo o que poderia ter sido feito no plano afirmativo, na época do excesso de significações, teria parecido sempre demasiado pouco e insuficiente para as classes trabalhadoras, descontentes com o segundo governo do líder; mas agora, tendo que agir a partir do exílio e nos espaços pequenos que lhe deixa a repressão, qualquer ação peronista se

² A esta altura do texto, o leitor poderá dizer que o que aqui foi apresentado expressa mais ou menos a realidade discursiva de qualquer discurso totalitário. A resposta é afirmativa; porém, é nas duas faces seguintes que o fenômeno peronista parece oferecer problemáticas e desafios únicos em todo o contexto político mundial.

torna gigantesca em sua significação impedida e, portanto, heroica, mártir, arriscada, aventureira, perigosa. Perón se transforma em fonte negativa de significações indiretas. Durante todos esses anos, a frase-sagrada foi: "Perón vuelve", e todas as ações políticas dos argentinos sempre se desenvolveram sob a mítica possibilidade de seu retorno, o famoso "avión negro" (Verón e Sigal, 2008, p. 101-102).

Uma ação repressora que contribui enormemente ao aumento da força negativa do movimento é a proscrição do partido peronista para concorrer às eleições. As massas continuam peronistas, e, se fossem feitas as eleições, os votos em branco (os votos de Perón) iriam ganhar. Para os outros partidos, trata-se, pois, de pactuar com Perón ausente para conseguir os votos peronistas a seu favor. Ao mesmo tempo, o partido peronista é dissolvido, fecham-se todos os seus locais de atuação, proíbem-se todos os símbolos peronistas, distintivos, canções, etc., e até o uso dos termos "Perón", "peronismo", "justicialismo", etc., que passam de palavras sagradas a palavras proibidas. Os adversários do peronismo querem considerá-lo um inominável, como se a mera aparição do nome em enunciados fosse um regresso daquilo que deve ser absolutamente proscrito, não apenas no sentido de ser removido de um lugar, mas no sentido de se eliminarem igualmente todos os lugares, inclusive os enunciativos, onde esses nomes apareciam no período anterior. Mas, neste malabarismo do inominável, é como se o nome suprimido provocasse um barulho maior do que a sua expressão explícita. Como palavra proibida, ela brilha com todas as cores do negativo, do poderoso impulso do "poderia ter sido" (algo semelhante, salvando as distâncias, ao acontecido no Brasil com o caso Tancredo Neves, por exemplo).

Perón também tinha tentado fazer desaparecer seus adversários através de prestidigitações onomásticas (especialmente no abuso dos termos "peronismo" e "argentino"). Mas agora a supressão é mais radical: os opositores de Perón ainda conservavam o privilégio da renomeação (os "antipátria", os "vende pátria", os "gorilas"), enquanto que os nomes peronistas, durante a revolução libertadora, tinham simplesmente que desaparecer, sem sequer serem preservados como nomes vazios, sem referência; a supressão dos nomes tinham que produzir, como por exorcismo, a supressão da própria coisa:

Mas, naturalmente, o poder de designação não pode ser apagado por decreto e é por definição impossível voltar à situação anterior ao peronismo. Cada uma destas anulações, destes riscos, será vivida pelos peronistas com a intensidade de uma censura. Isso não pode produzir outro efeito senão tornar sagrada a palavra ausente, converter a ausência em plenitude de uma presença invisível, tanto mais forte enquanto é definida por um silêncio forçoso (Verón e Sigal, 2008, p. 106).

Mas o principal fenômeno linguístico negativo desse período é, sem dúvida, constituído pelas "mensagens" de Perón a partir do exílio e pelos diferentes regimes de "intermediação" da palavra de Perón pelos mais diversos, e sempre contestados, "representantes", que lutam por ser os "verdadeiros portadores" da verdade peronista. A palavra peronista, pelas restrições criadas, passa a ser indireta, de circulação restrita, fragmentária e acidentada, e suscetível de ser "representada" (fielmente ou não) por terceiros. Na época do excesso afirmativo, os enunciados emitidos por Perón podiam ser-lhe imputados diretamente, pois não existia qualquer possibilidade de deturpação. A situação de ausência faz com que qualquer mensagem do líder tenha que ser feita – num tempo sem computadores – por correspondência ou por mediação de terceiros. Cria-se, pois, uma distância que passa a fazer parte do mecanismo de circulação da própria mensagem e, dessa forma, até de seu próprio conteúdo. Isto acarreta, é claro, "[...] a possibilidade de pôr em dúvida a origem

da mensagem: é verdadeiramente Perón quem disse tal ou qual coisa?" (Verón e Sigal, 2008, p. 111). Este é o problema da "representação legítima", que, ao lado do discurso indireto, a comunicação impedida e a fragmentação, representa os aspectos mais importantes da forma ausente de geração de significações.

Mas o peronismo, que parecia ter esgotado todas as formas de geração de significações, desde a mais afirmativa e excessiva até a mais negativa e indireta, ainda teria a mostrar a sua mais triste forma de enunciação. Chamo este modo de "decepção" e passo agora, sempre guiado pelo livro de Verón e Sigal, a apresentá-lo.

Decepção e palavras gastas

Em certa ocasião, numa de suas frases memoráveis, Perón disse que tinha ganhado as primeiras eleições com os homens, as segundas com as mulheres (pelo voto feminino) e a última com os garotos (os "muchachos"), aludindo à poderosa militância da JP, a Juventude Peronista. Só que "os garotos" eram comunistas, e não estritamente peronistas; mas, diante da realidade inabalável da classe trabalhadora argentina ser toda peronista, se o povo tinha – segundo o credo marxista – que fazer a revolução, a mediação peronista era inevitável. Era preciso fazer Perón voltar-se para a causa comunista, aproveitando-se, inclusive, certos discursos dele no exílio que expressavam simpatia com líderes da esquerda. Na sua etapa do excesso, como vimos, Perón tinha sempre insistido na ideia do movimento peronista não precisar de conteúdo ideológico nenhum; e, em seu terrível regresso dos anos 70, o velho Perón continuaria insistindo que estava voltando para construir "a união de todos os argentinos". Mas isso não vale mais para os novos tempos. No contexto político dos anos 70, os conflitos ideológicos internos ao peronismo vão suspender violentamente o esvaziamento que Perón tinha sempre cultivado. Agora se trata de preencher o peronismo com um conteúdo, mas é isso, precisamente, o que o levará à sua destruição. Isto é um exemplo do que chamo palavra gasta.³

Embora seu retorno nos anos 70 fosse um grande triunfo pessoal de Perón, talvez a grande astúcia do general Lanusse, o governante mediador do retorno de Perón à Argentina, tenha consistido em ter entendido profundamente o tremendo poder do negativo, sem nunca ter lido, possivelmente, uma linha de Hegel ou Schopenhauer: a melhor maneira de acabar com Perón não era persegui-lo, proibi-lo ou impedi-lo, mas, pelo contrário, *lançá-lo novamente na positividade para que se desgastasse naturalmente*, sem qualquer heroísmo; foi isso, precisamente, o que aconteceu. De fato, se Perón tivesse entendido esta dinâmica da geração negativa de significações, após ter se assegurado da clara e aberta possibilidade de seu retorno, a jogada de mestre teria sido não utilizá-la, não ter retornado, ter sabido resistir e deixar todos os argentinos, por toda a eternidade, com o sabor do que "poderia ter sido". Ele deveria ter sabido utilizar o imenso vazio significativo que soube criar em 18 anos de exílio. Em vez disso, decidindo voltar, afundou o país no maior conflito civil da sua história, acabando por morrer em meio à decepção das esquerdas e à nostalgia dos velhos peronistas.

Este terceiro Perón é muito mais um símbolo levado adiante pelos outros, pelos que queriam fazê-lo significar sem seu consentimento. Mas a difusividade fantasmática da figura e do nome de Perón são fundamentais para entender o regime das palavras gastas. Perón já está morto, simboliza mais do que respira, e é de

³ Isso nos conduziria à tese política de que o peronismo morreu com Perón. Governos que depois se auto-intitularam peronistas não seriam mais peronistas em absoluto, mas abusos linguísticos, para dizer o mínimo: desde Isabel Martínez até os Kirschner, se trataria apenas de faíscas de uma grande chama que se apagou para sempre.

seu símbolo que os outros tentam se apropriar. Durante sua ausência, Perón nunca esteve mais vivo; mas em seu retorno (tão tristemente retratado no romance *La novela de Perón*, de Tomás Eloy Martínez), na sua presença gasta, nunca esteve tão ausente; não com a ausência viva do exílio, mas com a ausência inválida da morte, essa ausência já perpassada de significações alheias. Desta maneira, o regime da palavra gasta é regido, de certa forma, pela morte de seu enunciador, uma morte que se torna física no ano 74, mas que já funcionava no universo significativo argentino desde o retorno, um ano antes. A ausência viva de Perón durante o exílio vai se transformando lentamente na ausência da morte, daquela morte definida por Sartre: estamos mortos quando não podemos mais nos defender, quando somos definitivamente prisioneiros dos discursos e ações dos outros. Perón está morto em presença, assim como antes esteve vivo em ausência.

Verón e Sigal fazem notar como essa apropriação do discurso peronista, na impossibilidade de ser obtida no âmbito das palavras do próprio líder – agora mais cauteloso que no exílio, quando podia dar-se o luxo de elogiar Mao e Fidel Castro – é tentada no plano da violência dos atentados terroristas. “[...] o conflito só pode ser resolvido fora da palavra: no silêncio da violência, do assassinato” (Verón e Sigal, 2008, p. 152). A palavra gasta começa a ser substituída por outras palavras (todas elas pretensamente peronistas), como “infiltrado” e “traidor”. Como Perón não se manifesta (por exemplo, não oferece uma versão oficial do massacre de Ezeiza), são os outros que começam a falar em seu nome. E, diante das pretensões da JP de falar em nome de Perón e do peronismo, o líder é obrigado a se posicionar claramente contra as posições marxistas radicais dentro do movimento; com isso o peronismo se vê obrigado a adquirir o que sempre pareceu ir contra sua própria substância: um conteúdo ideológico.

A questão do silêncio vem complicar ainda mais a compreensão dos fenômenos linguísticos do peronismo. Pois assim como Perón nunca se manifesta a respeito do massacre de Ezeiza, e são os jovens peronistas que proclamam o que gostariam de escutar de seu líder, assim também Perón os ignora e é ignorado por eles, numa espécie de troca mútua de silêncios. O confronto direto é ocultado numa forma de discurso silencioso e ignorante do silêncio do outro, única maneira de ainda evitar um confronto direto com Perón.

O que é, afinal, uma “significação decepcionada”? Trata-se de um discurso que deixou de ter a eficácia do passado, que antes se deixava abusar e que hoje nem se deixa usar, e que, pelo seu próprio processo de desgaste, permite que outras palavras e discursos lhe tomem o lugar. Para que a verdade continue coincidindo com a realidade, Perón tem que ser considerado um enunciador morto. O sinistro *ethos* desta forma de significar inclui o enterramento do emissor e a sua substituição manipulada.

O mancar das metodologias

Não cabem dúvidas de que a interpretação dos fenômenos descritos é da alçada da pragmática, do uso da linguagem em contextos sociais. Sigal e Verón utilizam a aparelhagem da teoria de discursos para tentar entender a particular e complexa maneira de gerar significações dos discursos peronistas. Este método é extremamente informal, flexível e especulativo. Seria possível estudar os fenômenos do uso de palavras sagradas, proibidas e gastas mediante uma metodologia um pouco mais rigorosa?

Estou pensando numa pragmática como a utilizada pelo filósofo brasileiro Marcelo Dascal, tal como exposta em seus artigos seminais recolhidos em seu livro *Interpretação e compreensão*. Noções bastante centrais dessa teoria são: “intenção

comunicativa” e “significado do falante”, noções mapeadas do influente trabalho de Grice “Pragmática e intenções comunicativas” (Dascal, 2006, p. 32). Cito Dascal: “[...] o que proponho definir como a tarefa da pragmática é o estudo do uso dos meios linguísticos (ou outros) por meio dos quais um falante transmite as suas intenções comunicativas e um ouvinte as reconhece” (p. 33). O significado do falante pode transcender (e habitualmente transcende) o estrito âmbito do efetivamente *dito*. Isto faz com que, seguindo a linha de Grice, “[...] a interpretação pragmática é um processo inferencial [...]”, mediante o qual, a partir do efetivamente dito, infere-se o que o falante realmente quis dizer (as famosas “implicaturas”). Disto decorre uma noção bastante restrita do que seja “comunicação”: “[...] só existe comunicação propriamente dita quando o que causa o efeito desejado pelo falante no destinatário é o reconhecimento por este da intenção comunicativa do falante” (Dascal, 2006, p. 44). Assim, de acordo com um exemplo dado pelo autor, se recito trechos de Hamlet com a intenção de que outra pessoa pense em Hamlet, e se esta pessoa pensa em Hamlet mas sem reconhecer as minhas intenções, “não houve comunicação entre nós”. Também: “No modelo pragmático, não é dada liberdade total ao intérprete, pois ele é restrito pela necessidade de recuperar a intenção do falante tal como expressa em palavras que têm um significado literal definido” (“Modelos de interpretação”, Dascal, 2006, p. 222).

Esta concepção filo-griceana da geração e captação de significações está assentada sobre *princípios racionalistas* bastante fortes. Dascal, já nesse primeiro artigo, faz notar que a pragmática

[...] ocupa-se somente das intenções comunicativas conscientes, isto é, dos significados cuja transmissão está sob o controle do falante [...] A pragmática [...] ocupa-se dos aspectos do significado transmitido pela ação linguística pela qual o falante é responsável como autor/agente intencional (Dascal, 2006, p. 38).

De fato, “intenção comunicativa”, “significado do falante”, etc. supõem um processo “normal” de comunicação, guiado por um princípio cooperativo cuja ruptura é interpretada como aparente. O ouvinte, nesta situação normal, está sempre tentando fazer um esforço cooperativo para captar o que o falante quis dizer com o que disse. Mesmo concedendo que os mecanismos compreensivos devem ir além do efetivamente dito, e que a comunicação jamais é transparente – e por isso dependente sempre de uma interpretação pragmática (Dascal, 2006, p. 106) – a concepção básica de todo o processo é eminentemente racional e cooperativa, num sentido não apenas linguístico, mas também ético. (No texto “Duas modalidades de compreensão”, Dascal vê as máximas de Grice como um tipo de “dever”, constituindo “[...] os pilares de uma ética da comunicação”; Dascal, 2006, p. 121).

Esta concepção racionalista e moral (talvez moralista?) é claramente exposta por Dascal no texto “Modelos de interpretação”, quando ele se refere aos princípios de caridade, de racionalização e outros num contexto de “interpretação radical”. As pessoas são agentes racionais, suas crenças e desejos devem proporcionar bons motivos para seu comportamento, fazer um uso veraz da linguagem, etc. (Dascal, 2006, p. 224). Páginas mais adiante, Dascal afirma:

De uma maneira ou outra, os princípios da interpretação radical funcionam também na interpretação real. Em particular, o apelo à noção de racionalidade, tal como incorporado nos princípios da Racionalização e da Caridade de Lewis, por exemplo, não pode ser evitado. Pois a comunicação é uma atividade voltada para um objetivo e deve ser, no mínimo, regulada pelo mesmo tipo de racionalidade instrumental que governa cada uma das atividades voltadas para um objetivo (Dascal, 2006, p. 227).

Dascal apresenta como algo perfeitamente compreensível que a lógica da conversação de Grice “[...] se baseie fortemente na noção de racionalidade”, o que se manifesta em seu famoso princípio de cooperação e nas não menos célebres máximas da conversação, “[...] derivadas dos princípios gerais da racionalidade”. O modelo pragmático “[...] só começa a funcionar a partir de uma presunção a favor das razões e das intenções” (Dascal, 2006, p. 229). Mesmo quando Dascal estuda mais tarde um possível casamento entre pragmática e retórica, no capítulo 28 de seu livro, salienta que se refere a uma retórica entendida “[...] como uma teoria cognitiva, uma teoria que tenha a inferência em seu núcleo” (Dascal, 2006, p. 619). Os mecanismos persuasivos devem ser incorporados dentro das interações comunicativas intencionais e racionais estudadas pela teoria de Grice, mesmo que aqueles nem sempre visem ao veraz, mas apenas ao convincente. Os agentes racionais, agora dentro da “retórica cognitiva”, devem estar minimamente abertos à influência de outro, mesmo incluindo as possibilidades do engano ou da impostura, e mesmo que a persuasão possa depender do emprego sistemático da imprecisão e a ambiguidade. Não obstante isso, Dascal afirma: “Nenhuma dessas alterações nos princípios de Grice é, em nossa opinião, prejudicial à aliança entre a teoria retórica e a pragmática” (2006, p. 623).

O que não está claro é o status teórico dos princípios racionalistas e cooperativos da pragmática intencional: trata-se de ideais normativos, ou se pretende que os mesmos tenham alguma realidade descritiva? Será que eles são performativos, no sentido de tentarem instaurar o que enunciam através do próprio ato de enunciação (como se, tentando ser racionais, conseguíssemos sê-lo)? Como já é amplamente sabido, os exemplos de formas não cooperativas e não racionais de interação humana, tal como acontecem não apenas no dia a dia, mas também em encontros de filosofia, reuniões administrativas e discussões culturais, são numerosos e nada difíceis de achar⁴. Muitas pessoas não estão interessadas em ser claramente entendidas; pelo contrário, se interessam em *não* ser entendidas; e, mesmo quando existe boa vontade em captar as intenções do emissor, milhares de circunstâncias, desde a distração e o esquecimento até a complexidade da intenção (mesmo para seu próprio emissor), parecem tornar implausível a ideia dos princípios racionais serem descritivos.

No contexto habitual de filosofia afirmativa da linguagem, a comunicação se dá como fato consumado, e o problema seria apenas reconstruir os mecanismos de algo que efetivamente já acontece. Mas o que é que realmente acontece? Diz-se, por exemplo: quando vou a um restaurante, chamo o garçom, peço uma xícara de chá, e o garçom, poucos minutos depois, regressa com uma xícara de chá; é evidente – segundo dizem – que a comunicação aconteceu. Mas podemos ter todo tipo de dúvidas a respeito disto. Deixando de lado a falácia de ênfase (ou falácia do exemplo favorável) de supor que todos os exemplos de comunicação vão ser tão simples quanto esse, tampouco nesses casos os princípios intencionais funcionam a contento. Em primeiro lugar, assistimos diariamente a milhares de confusões nestas situações corriqueiras: o garçom esquece do pedido e não aparece mais porque entendeu que preferíamos aguardar alguém; ou traz café em lugar de chá, ou traz café adoçado, supondo que o cliente goste; ou traz café numa xícara enorme ou demasiado pequena, etc. Mas, supondo que estes problemas não sejam muito frequentes, poder-se-ia dizer que situações muito simples como estas ainda não colocam plenamente uma situação de comunicação, na medida em que nelas não são

⁴ Cf. Marcondes (1983), em particular os textos “Filosofia da linguagem e Teoria Crítica” e “Pseudo-comunicação e transgressões linguísticas”. Ver também o excelente trabalho de Pereira (2010).

realmente exigidos grandes esforços de “interpretação pragmática”. Os problemas começam quando o cliente diz algo como: “Me traga, por favor, um chá de boa qualidade numa xícara adequada”. Aqui, sim, o garçom precisará interpretar o que o cliente quis dizer, pois é bem possível que estejam a pensar em coisas diferentes.

A atitude afirmativa dominante dirá que, quando não entendemos, sempre podemos pedir esclarecimentos, e é o que fazemos constantemente: a própria linguagem tem poder de se autoanalisar e autocriticar nos casos anômalos; não existe nenhuma instância superior à linguagem para fazer isso. Nossos processos comunicativos são um perpétuo “correr atrás do prejuízo”. Mas as retificações podem ser fonte de novos problemas. Se o garçom fizer novas perguntas para tentar esclarecer o pedido do cliente, embora isso possa colocá-lo na pista certa, também poderá introduzir novos elementos suscetíveis de interpretação e novas confusões. E o pior de tudo é que quando o cliente diz: “Sim, isso mesmo; obrigado”, e o garçom volta finalmente com o pedido, nem mesmo isso servirá de prova de que a sua intenção foi realmente atendida (ele poderia, por exemplo, ter mudado de ideia durante o processo, ou ter-se conformado com o que o garçom lhe trouxe, cansado de tentar exprimir a sua vontade, e milhares de outros fenômenos).

Mas o crucial é que a atitude racionalista considera que existe algo assim como uma norma de correção e transgressões da mesma, da maneira como, em ética, se pensa que há o bem e desvios do bem; da mesma forma, haveria a comunicação “normal” e, infelizmente, as transgressões, assim como existem pessoas más ou filmes de má qualidade por se afastarem da norma. Mas os inconvenientes para transmitir “intenções significativas” são tantos e tão constantes, há tantas variáveis a considerar e tantos obstáculos, que chegam a colocar em xeque a própria definição de “comunicação” antes apresentada: pois será que, *alguma vez*, as intenções comunicativas dos falantes são captadas satisfatoriamente pelos receptores, tal qual o emissor pretendia? Não constatamos permanentemente, em nossas transações mais corriqueiras, que o que dizemos é de imediato situado num outro médium, reinterpretado, os nossos termos redefinidos, a nossa ideia deturpada, as nossas intenções transformadas?

Não escutamos as pessoas dizendo permanentemente: “Não, parece que não me fiz entender”, “Não, o senhor respondeu outra coisa diferente”, “Parece-me que fui mal interpretado”, “Você não me entendeu”, “Eu estava na verdade apontando para outra coisa”, etc.? E mesmo quando temos a impressão de ter sido plenamente entendidos, não nos deixamos vencer por algum favoritismo, ou por alguma preferência afetiva em favor de certa versão das nossas ideias que nos agrada, apesar de ela não ser uma representação fiel das mesmas? Em suma, é difícil considerar a cooperação racional como sendo descritiva. No máximo, se ainda quisermos nos manter racionalistas, poderíamos defender a racionalidade como uma tarefa e não como um fato, como um resultado heroico obtido com penúria no meio da incomunicação.

O que acontece é que, apesar de todos esses inconvenientes, somos ainda capazes de manter com os outros, algum processo de *interação*, que pareceria excessivo chamar de comunicação, no sentido da definição dada anteriormente. No que chamo interações, acabamos entendendo *alguma coisa*, mesmo que quase nunca seja exatamente o que o emissor pretendia transmitir, e sempre de uma maneira determinada que não tem que coincidir com a do falante. A questão do afeto da mensagem é um aspecto fundamental nas interações. Se você apenas entende o conteúdo intelectual da mensagem, mas não percebe que se trata, por exemplo, de uma ameaça (e não de um conselho ou uma informação), se você não se assusta ao escutá-la ou não fica preocupado, então você não compreendeu a emissão completamente. Este aspecto “pático” da comunicação é quase que totalmente deixado de lado por semânticas

racionalistas. E é claro que, se deixarmos de lado todos estes elementos, entende-se que aceitemos que existe comunicação “normal” e casos “desviados”, pois não somos capazes de ver até que ponto o que é visto como “desvio” é o que naturalmente acontece em todo momento. A intenção comunicativa plena do emissor nunca parece totalmente reconhecida, mas isso não nos impede de interagir, coincidir parcial e imperfeitamente, levar adiante aos trancos e barrancos, na retificação constante e nos pedidos de desculpas, muitas ações conjuntas e relações de todo tipo⁵.

Perón no crivo de Grice

Para ver isto melhor, o exemplo das enunciações peronistas é muito proveitoso. Veja, por exemplo, a seguinte emissão, realmente acontecida, de um trecho de discurso peronista:

- (I) Não temos o costume de prometer, mas de fazer. Por isso não venho lhes prometer nada. Vocês mesmos verão, com o tempo, as realizações que executaremos; irão vendo dia a dia o progresso a respeito dos problemas que as classes trabalhadoras de nosso país vêm colocando há 20 ou 30 anos, sem nenhum resultado [...] Seria inútil que eu tentasse explicar como temos cumprido com este postulado, que encerra todo o conteúdo social da Revolução. Eu prefiro seguir como até agora, sustentando que melhor que dizer é fazer e melhor que prometer é realizar (Discursos de Perón do ano 1944, *in* Verón e Sigal, 2008, p. 35).

Assumindo o ponto de vista da “interpretação pragmática”, tratar-se-ia de ver quais são as “intenções comunicativas” do emissor (Perón, no caso), os “significados do falante” que não têm que coincidir com o efetivamente dito na sentença e na enunciação. Haveria também que ver se os receptores ou ouvintes dessa alocação (o povo, no caso) conseguiram entender essas intenções comunicativas através de um reconhecimento das mesmas, efetivando a comunicação. Supõe-se, nessa abordagem, que emissor e receptores sejam agentes racionais agindo cooperativamente e utilizando a linguagem como um instrumento adequado de comunicação. Mas quais seriam as intenções comunicativas do emissor do trecho (I)?

Sabe-se que, na pragmática, ao perguntar isto, não se pretende indagar apenas pelas intenções que decorreriam do literalmente dito, mas de que forma o emissor estaria usando (I). Mas, mesmo nos mantendo no plano do dito, é complicado conferir se a simples intenção comunicativa literal e explícita foi devidamente reconhecida pelos destinatários: se, por exemplo, a multidão grita, aplaude e bate bombos (como costumava acontecer naqueles tempos) logo depois de Perón acabar de enunciar (I), é muito claro que isso não significa que essas pessoas fazem isso em decorrência de terem compreendido que seu líder estava empenhado em ações e não em palavras. Podem ter entendido outra coisa, ou podem, simplesmente, ter manifestado uma emoção, ou ter gostado da maneira como Perón gritou a sua

⁵ Na década de 80, já tive oportunidade de discutir com Marcelo Dascal alguns aspectos desta concepção racionalista da interpretação pragmática. (Os resultados foram publicados pela revista *Crítica de México*, vol. XXI, 61, abril de 1989). Naqueles tempos, eu assumia uma espécie do que ele chamava “contextualismo radical”, que dispensava o significado literal. Hoje eu concederia a importância de um mínimo de significado literal na interpretação pragmática, mas isso não me parece amenizar demasiado os problemas de uma concepção puramente racionalista e intencionalista da interpretação e da comunicação, quando defrontada com o entendimento de situações complexas e interessantes de significação. Mesmo com significado literal e sem “contextualismo radical”, enunciações como as surgidas nas situações peronistas me parecem desafiar este modelo racionalista de compreensão. Ou, pelo menos, me deixam dúvidas acerca de como ele poderia aplicar-se com sucesso.

mensagem, sem que a “intenção comunicativa” dele, neste sentido cruamente literal, tenha sido sequer considerada.

Se quisermos sair do plano do meramente dito, há já um primeiro inconveniente técnico no procedimento griceano para passar ao que pragmaticamente se quis dizer: este procedimento funciona dentro de “conversações” sujeitas ao princípio de cooperação e às máximas, mas um texto com forma de discurso político, como os de Perón, não é estritamente uma conversação. No texto “Relevância conversacional”, Dascal escreve: “Para reduzir o problema a proporções praticáveis, vamos supor que uma ‘conversação’ seja um diálogo composto por duas elocuições sucessivas proferidas pelos falantes A e B no contexto C” (Dascal, 2006, p. 61). E muito depois, em “A estrutura pragmática da conversação”, referindo-se ao engraçado diálogo entre um passageiro e uma senhora que pisa em seu pé, mesmo existindo duas pessoas em situação dialógica, ele, não obstante, declara: “Essa breve troca de palavras está longe de ser uma ‘conversação’ [...]” (Dascal, 2006, p. 550); isso leva a pensar que a definição de “conversação” é bastante restrita, de tal forma que, nem de maneira figurada poderíamos considerar um discurso político como sendo uma conversação.

Não obstante isso, no texto “Dicas, pistas e contexto”, Dascal utiliza os conceitos de “cooperação”, “violação de máximas”, etc., para analisar textos jornalísticos e discursos políticos que não parecem enquadrar-se na definição restrita de “conversação” (ver, por exemplo, Dascal, 2006, p. 201-202, 211). No caso particular de Perón, ele nunca “conversava” com o povo, mas lhe transmitia, de maneira unilateral, uma mensagem. Para usar o procedimento pragmático, teríamos que aplicar a noção de conversação de uma maneira muito ampla, de forma a abarcar discursos, e supor que também eles estejam sujeitos ao princípio de cooperação e às máximas, tal como Dascal parece fazê-lo nesses exemplos. Por amor à discussão, estou disposto a supor que os mesmos princípios racionais da teoria da conversação possam aplicar-se a emissões como (I).

Como aqui não temos dois interlocutores, poderíamos tentar considerar, com uma boa dose de caridade, que (I) pudesse ser uma resposta a alguma colocação anterior (por exemplo: “Os últimos governos argentinos não fizeram outra coisa além de prometer” ou: “O que é que o governo de Perón se propõe fazer a respeito dos problemas dos trabalhadores?”). Entretanto, mesmo considerando (I) como uma resposta, em situação de conversação, a algumas destas questões, é difícil ver qualquer violação explícita de máximas no trecho aludido: o que se diz é perfeitamente relevante, claro, não é excessivo nem insuficiente. Talvez se pudesse pensar que (I) viola a máxima da qualidade, mas não há nesse trecho nenhum indicador inequívoco que leve a pensar que o que está sendo transmitido é falso ou não confiável. (De fato, neste período “excessivo”, Perón fez obras sociais efetivas, de maneira que o que ele transmitia em seus discursos era, naquela época, rigorosamente verdadeiro). Isto quer dizer que não temos motivos estritamente conversacionais para estabelecer uma distância entre o que (I) diz e o que Perón quis dizer com (I). Mas, quando não há violação de máximas, esse procedimento pragmático não pode ser aplicado. O texto não é, por exemplo, claramente irônico ou metafórico⁶.

Não obstante isso, alguém (um adversário de Perón, provavelmente) sente de maneira forte que existe uma enorme distância entre o dito literalmente em (I) e o intencionado pelo seu emissor. Ele poderia senti-lo como um texto hipócrita,

⁶ Nesse sentido, creio que os exemplos de discursos políticos israelenses analisados por Dascal em “Dicas, pistas e contexto” são escolhidos de maneira favorável à teoria pragmática, ao serem claramente analisáveis como irônicos, metafóricos, etc., ou seja, como textos que apresentam rupturas do tipo que a linha Grice consegue entender. Haveria que trazer à tona uma ampla variedade de discursos políticos para ver até que ponto esse aparato teórico pode aplicar-se em casos complexos e diferenciados.

mentiroso e oportunista. Mas, para captar essa distância entre dizer e querer dizer, o procedimento discursivo informal e não racionalista de Sigal e Verón parece mais eficaz que o procedimento griceano, ao explorar distâncias entre dizer e querer dizer que não parecem ser distâncias conversacionais (captáveis a partir de violação de máximas e princípios racionais). Alguns aspectos dessa distância podem ser detectados nas seguintes considerações:

- (a) Ao proclamar-se a si mesmo como alguém que não promete mas que faz, ele se refere indiretamente, e de maneira pejorativa ou crítica, aos que historicamente fizeram o contrário, que ficavam prometendo e não faziam nada. Ele – Perón – é, pois, melhor que os outros, porque vem para resolver problemas que existem há muitas décadas; ele é o salvador, e seus antecessores são desprezíveis.

O que parecia puramente referencial é, pois, na verdade, fortemente valorativo e de propaganda. Mas para poder inferir “O governo peronista é melhor que os anteriores” a partir de “Eu não venho lhes prometer nada”, não fazemos uma implicatura, porque esta última expressão não parece apresentar qualquer violação de máximas, nem dar motivos para supor que não se esteja cooperando. Trata-se de emissões que não despertam suspeitas nem disparam implicaturas. Não obstante isso, há um querer dizer que deve ser inferido a partir de um dito, mas mediante um outro mecanismo diferente. Isto sugere o óbvio: que o método Grice não esgota os procedimentos pragmáticos de obtenção do que se quer dizer a partir do dito. Entretanto, embora algumas afirmações de Dascal a respeito sejam muito cautelosas (“O trabalho pioneiro de Grice sobre a ‘lógica da conversação’ ainda hoje é uma contribuição essencial para a explicação da comunicação indireta” [“Pragmática e intenções comunicativas”, Dascal, 2006, p. 39]), há outras que apresentam o procedimento griceano como sendo quase modelar:

[...] em toda comunicação digna desse nome, o ouvinte enfrenta o problema de determinar a intenção comunicativa do falante. Isso transforma todo processo de interpretação pragmática em um processo inferencial-abdutivo do tipo descrito por Grice (Dascal, 2006, p. 41).

Poderíamos ainda enunciar uma série de “intenções” vinculadas com a enunciação, que parecem relevantes para entender o que (I) quer dizer (ou, melhor, o que Perón queria dizer ao pronunciar (I)):

- (b) A intenção do emissor de ocupar o espaço político para que os adversários não pudessem ocupá-lo. Isto significa que o conteúdo do que foi dito não é o fundamental, que ele poderia ter falado, digamos, do direito dos trabalhadores a férias pagas, com a mesma intenção ocupacional de (I). A própria enunciação vem saturar um espaço expressivo e, com isso, bloqueá-lo para outro.

É claro que isto não é uma intenção *comunicativa*, mas parece que, para entender o funcionamento de discursos políticos (e de uma grande porção dos nossos discursos reais cotidianos), vamos precisar levar em conta intenções não comunicativas. E, sobretudo, não considerar estas como meros “desvios” de uma norma racional estável, mas como parte do uso mais natural e corrente da linguagem. A intenção de Perón é, em meus termos, “excessiva”: a de ocupar espaços de poder mediante palavras vazias e menos comprometidas do que aparentam ser e, assim, neutralizar seus possíveis opositores. Veja também:

- (c) A intenção do emissor de transmitir ao povo, através da enunciação-coisa, uma confiança inabalável, a convicção de estar no caminho certo, o da realização de projetos concretos que trazem benefícios para todos.
- (d) A intenção do emissor de tentar, através dessa enunciação-coisa, aumentar sua popularidade visando às próximas eleições.

Estas intenções não são inferidas a partir de um princípio racionalista e cooperativo consistente em supor que o emissor aja racionalmente. Pelo contrário, para inferir o querer dizer nos casos (b)-(d), é necessário dar-se conta do caráter *não* cooperativo da jogada. Claro que é racional, num sentido amplo, querer ocupar espaços políticos, mas não parece cooperativo no sentido ético-linguístico de Grice. Essas intenções nem parecem ser comunicativas, mas, em todo caso, *cooptativas*, no sentido de querer levar as pessoas para certas direções e convicções. Espera-se que o receptor fique no plano do conteúdo, sem que capte a intenção da enunciação. E não se trata apenas de atos de fala indiretos (do tipo “O cachorro acordou”, que significaria: “Leve o cachorro a passear”), mas de intenções muito mais remotas e elusivas, além de tratar-se de fenômenos claramente pragmáticos (não se trata apenas de uma consideração acerca de tipos de atos de fala).

Um dos pressupostos racionalistas básicos da interpretação pragmática consiste em supor que emissores e receptores são apenas agentes racionais. Num método alternativo como o praticado por Sigal e Verón, parece haver mais espaço para ver o ser humano também como *paciente*, e não só como agente; um paciente ainda racional, porém afetado por emoções, desejos, ideologias, falta de convencimento, distrações, medo e indecisão. Isto se transfere para os receptores dos discursos. Assim como nem sempre há “intenções comunicativas” perfeitamente claras e únicas, mas, frequentemente, desviadas e diversificadas, tampouco se supõe um destinatário plenamente identificado e disposto a fazer “esforços cooperativos” para entender as intenções comunicativas do emissor. No caso específico do emissor Perón, tampouco ele supõe esse destinatário racional, mas tenta dirigir-se (e constituir performaticamente) a um receptor passivo e entusiasta da sua mensagem, um paciente que se deixe convencer. Por outro lado, ao mesmo tempo em que os efeitos que se quer obter são múltiplos e não únicos, os que efetivamente se atingem podem ser outros e bem distantes dos pretendidos pelo emissor. (O discurso conciliador de Perón em 1973 teve como efeito a decepção da JP).

Se muitos são os inconvenientes para captar, com algum método adequado, as significações que chamei de “excessivas”, eles parecem multiplicar-se quando nos debruçamos sobre as significações “ausentes”. Vejamos uma mensagem tipicamente “ausente”:

- (II) Pela presente, autorizo o companheiro Dr. John William Cooke, atualmente preso por cumprir com seu dever de peronista, a assumir a minha representação em todo ato ou ação política. Nesse conceito, a sua decisão será minha decisão, e sua palavra, a minha. Nele reconheço o único chefe com meu mandato para presidir a totalidade das forças peronistas organizadas no país e no estrangeiro, e suas decisões têm o mesmo valor que as minhas. No caso de meu falecimento, delego ao Dr. John Cooke o mando do Movimento (Verón e Sigal, 2008, p. 118).

Este texto, assinado por Perón, foi enviado de Caracas em novembro de 1956. No caso da significação ausente, poderíamos ver uma espécie de violação (de uma maneira que não surgia na significação excessiva) na distância existente entre a mensagem e seu emissor impedido. Por exemplo, poder-se-ia ver uma violação da máxima de clareza, pois não se entende bem em que consistiria tal delegação,

para outra pessoa, de poderes e influências que a totalidade dos peronistas sabiam pertencer exclusiva e intransferivelmente a Perón, enquanto ele continuasse vivo. Mas tudo isto é um pouco forçado. Temos neste texto uma ruptura, mas não uma violação de máximas. Essa ruptura está vinculada com o fato crucial da mensagem ter sido gerada no regime de ausência. Alguns elementos importantes da compreensão do sentido de (II) nesse viés, ou seja, o entendimento do que Perón pretendia fazer com a emissão (II), poderiam ser os seguintes:

- (a) Ao salientar que o delegado, John Cooke, está preso por cumprir com seu dever de peronista, o emissor Perón quer salientar que são agradecidos por ele apenas aqueles que se arriscam por Perón e pelo movimento de uma maneira acima de qualquer dúvida. Isto é uma mensagem enérgica contra aqueles que pretendiam, constantemente, representá-lo sem seu consentimento.
- (b) O próprio enunciado da delegação opera como uma amostra do poder de Perón, que, mesmo exilado, consegue realizar a máxima façanha imaginável: estabelecer sua própria substituição, quando todos sabiam ser ele insubstituível.

Nestas interpretações, as intenções do emissor vão fortemente além do dito na mensagem; o que interessa é que se trata de uma delegação autossustituente, o que constitui uma extraordinária exibição de poder, mas de poder em ausência, sem qualquer tipo de eficácia efetiva, mas como uma espécie de compensação pela obstrução dos canais normais de manifestação. Todos estes elementos, contextuais e de registro da enunciação, parecem relevantes para interpretar pragmaticamente (II). Mais ainda:

- (c) A intenção comunicativa do emissor poderia ser não a de fazer esforços para criar uma representação real, mas a de simplesmente confundir, desorientar e criar novas divisões e controvérsias. (Se, por exemplo, essa mensagem fosse precedida por outras com propostas diferentes acerca da representação de Perón por terceiros).

Por último, quando se trata de compreender as significações desgastadas ou decepcionadas, aquelas em que os textos se tornaram puros símbolos para serem utilizados em benefício de terceiros, nada do que está explícito vale mais, e o querer dizer se processa num campo puramente simbólico ou substitutivo. Inclusive, como foi visto, em certo momento do processo do desgaste, é o puro silêncio dos possíveis emissores o que acontece, um silêncio de total ignorância mútua. Já é difícil tentar detectar as intenções comunicativas de emissões desgastadas, mas tentar descobrir intenções comunicativas de silêncios parece tarefa íngreme para uma interpretação pragmática. A palavra literal de Perón, agora gerada em regime de desgaste, não significa mais o que significava, mas aquilo que os outros a fazem significar; e é este deslocamento simbólico aquilo que uma teoria da linguagem teria que compreender.

Vejamos, para terminar, um exemplo bastante típico de significação desgastada:

- (III) Nós somos justicialistas. Levantamos uma bandeira tão distante de um como de outro dos imperialismos dominantes. Não creio que haja um argentino que não saiba o que isso significa. Não há novos rótulos que qualifiquem nossa doutrina nem nossa ideologia. Somos os que as 20 verdades peronistas dizem. Não é gritando "A vida por Perón" que se faz pátria, mas mantendo o credo pelo qual lutamos. Os velhos peronistas o sabemos. Tampouco o ignoram nossos garotos que levantam bandeiras revolucionárias (Verón e Sigal, 2008, p. 167).

Este é um texto que não poderia ter sido gerado a não ser nos anos 70, pois alude ao passado do movimento e manifesta o desejo de preservação de uma herança

que agora fica ameaçada. Porém, insiste em afirmações que já não significam o que costumavam significar. O que é que Perón pretende significar com elas? Quais suas intenções significativas? Algumas hipóteses plausíveis poderiam ser as seguintes:

- (a) Como o justicialismo continua o mesmo que nos anos 40 ou 50, as atuais divisões internas do movimento não têm qualquer sentido e não devem ser levadas em conta. Se os jovens não aceitam isso, então não são verdadeiramente peronistas.

Porém, como enunciados tais como “Nós somos justicialistas” não significam pragmaticamente a mesma coisa proferidas em 1947, em 1957 e em 1973, os outros fingem adotar a literalidade do enunciado pelo líder, mas lhe dão uma significação atualizada que Perón se recusa a reconhecer. Assim, os jovens da JP poderiam interpretar desta maneira a significação de (III):

- (b) “Junto com o povo, todos os argentinos continuamos sendo justicialistas, ou seja, empenhados apenas na justiça social e não em qualquer tipo de imperialismo; a JP busca concretizar essa justiça social através da ação, e não apenas gritando. Perón oferece seu apoio tanto aos velhos peronistas quanto aos jovens revolucionários em torno deste objetivo comum”.

É um desafio para uma teoria da linguagem estudar estes mecanismos mediante os quais os receptores proclamam estar inteiramente de acordo com textos que, aparentemente, os excluem ou condenam; uma interpretação pode simplesmente inverter o sentido do que parecia estar sendo intencionado e transformá-lo em outra coisa diferente. Diante de uma emissão como (III), o receptor poderia ter de pôr em funcionamento uma operação mental tão complexa e retorcida quanto esta: “Ele diz que somos todos justicialistas; com isso, está tentando apagar as diferenças dentro do movimento; mas ele faz isso não porque o creia realmente, mas porque está rodeado de infiltrados; se pudesse falar livremente, diria que somos todos revolucionários; e é verdade: não há nenhum argentino que não saiba o que isso significa; não há novos rótulos porque o peronismo, desde os tempos de Evita, sempre foi revolucionário; ao falar que os garotos revolucionários não o ignoram, Perón quis dar total apoio à JP”. Neste registro, os textos não são, na verdade, lidos ou considerados como “objetos de interpretação”, mas como *textos-fuga*, textos a partir dos quais os receptores partem para outros lugares, mas sempre tomando como ponto de impulso o texto explícito.

Em seu texto “Pragmática e intenções comunicativas”, Dascal fala da

[...] incrível flexibilidade da linguagem – em particular, a possibilidade de transmitir linguisticamente o que é radicalmente novo ou inesperado. Essa possibilidade consiste na capacidade de expressar, com os recursos semânticos disponíveis, intenções comunicativas originais que transcendem àquelas cristalizadas nesses recursos (Dascal, 2006, p. 37).

E acrescenta:

Geralmente, a expressão do novo requer, mesmo na comunicação ordinária, a violação deliberada das regras semânticas e sintáticas. Ao fazer isso, os falantes estão certos de que, mesmo dizendo algo incorreto sob o ponto de vista da semântica e / ou da sintaxe, podem transmitir – pragmaticamente – uma intenção comunicativa reconhecível (Dascal, 2006, p. 37).

O que sugeri nesta comunicação é que a flexibilidade da linguagem é ainda mais incrível do que podemos supor, na medida em que a transmissão do radicalmente novo pode levar à violação deliberada também de regras pragmáticas, ao menos se tão austeras quanto as griceanas, e não apenas das semânticas e sintáticas. Fenômenos como os das significações excessivas, ausentes e desgastadas foram alguns exemplos para tentar mostrar este caráter da comunicação, além do intencional, do compreensivo e inclusive do retórico, se entendidos num sentido apenas conversacional e norteado por princípios racionais.

Referências

- CABRERA, J. 2003. *Margens das filosofias da linguagem*. Brasília, Editora da UnB, 319 p.
- DASCAL, M. 2006. *Interpretação e compreensão*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 729 p.
- MARCONDES, D. 1983. *Filosofia, linguagem e comunicação*. São Paulo, Cortez Editora, CNPq, 103 p.
- PEREIRA, J.A. 2010. *Incomunicabilidade: digressões sobre o fenômeno*. Brasília, DF. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, 142 p.
- VERÓN, E.; SIGAL, S. 2008. *Perón o muerte: Los fundamentos discursivos del fenómeno peronista*. Buenos Aires, Eudeba, 255 p.

Submitted on November 18, 2010.

Accepted on February 22, 2011.